

# A democracia impedida

**Clayton Cunha Mendonça Filho**

Universidade Federal do Ceará (BRA)

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

Wanderley Guilherme dos Santos [WGS] centra seu novo livro, *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*, na provocativa hipótese de que o golpe parlamentar experimentado pelo país em 2016 representaria não um ponto fora da curva das democracias representativas, mas sim um possível exemplo paradigmático dos novos desafios e tensões a que estariam expostos os regimes democráticos na fase atual das sociedades de massa pós-crise capitalista de 2008/2009. Segundo WGS, assim, para compreender adequadamente o fenômeno que ele julga estar a surgir, seria preciso buscar as explicações no encadeamento dos princípios operativos inerentes às próprias democracias representativas com as tensões distributivas entre capital e

trabalho em sua forma contemporânea, em vez de na ação de atores antidemocráticos externos ao modelo.

Para isso, WGS dedica boa parte do livro a diferenciar o regime político que conhecemos por *democracia representativa*<sup>1</sup> dos regimes oligárquicos que lhe precederam – que, em geral, são erroneamente tratados como já democráticos ou como espécie de democracia em gérmen ou subdesenvolvida. Para o autor, esse seria um erro analítico importante (ainda que extensamente difundido) que impediria perceber as importantes diferenças nas consequências e implicações sociais de um e do outro regime, em geral obscurecidas pela passagem histórica gradual e, muitas vezes, quase imperceptível entre um regime e outro, sobretudo nos centros capitalistas detentores das chamadas *democracias consolidadas* (ou de alta qualidade) contemporâneas. WGS se vale do conceito de equilíbrio descontínuo da biologia evolutiva para sustentar que, ainda que processadas gradualmente e sem maiores rupturas bruscas, a partir de determinado patamar de modificação, o acúmulo de pequenas mudanças provocaria uma alteração qualitativamente substantiva entre um regime e outro. Assim, tal qual entre espécimes biológicos a mutação genética gradualmente conduz à geração de uma nova espécie, ele sustenta que a gradual expansão do eleitorado dos regimes representativos oligárquicos para novos grupos anteriormente excluídos conformaria, a partir de determinado ponto crítico, um novo regime qualitativamente distinto – a democracia representativa.

O autor discorre ainda longamente acerca da Revolução Industrial, processo que ocorreu em paralelo à mutação das oligarquias e que operou profundas transformações sociais, pela primeira vez libertando a humanidade dos limites do malthusianismo e reorientando os sistemas políticos à busca eterna pelo crescimento econômico cumulativo e supostamente desacoplado de

---

<sup>1</sup> Definido minimalistamente por ele como um regime que engloba a competição eleitoral pelos espaços de poder com prazos e regras pré-determinados e aceitos pelos contendentes e no qual a participação da comunidade se dá por sufrágio universal, admitindo como qualificação restritiva apenas a imposição de uma determinada idade legal mínima.

obrigações sociais. Simultaneamente, essa transformação da economia como um fim em si mesmo teria dado à própria política maiores graus (e aparências) de autonomia relativa, ambos considerados por WGS como condição necessária às democracias representativas, mais adaptadas à “instabilidade produtiva” do capitalismo industrial que as anteriores oligarquias de economia orgânica ou natural.

Como sabemos, entretanto, o processo de expansão do eleitorado que conduziria à democracia foi duramente resistido por importantes intelectuais e pelas elites de então, temerosos da conformação de uma maioria incontornável de despossuídos a buscar radical redistribuição. Mas sabemos também que tal não foi o ocorrido posteriormente, e WGS nos brinda com ricas explicações fornecidas pelo cânon acumulado da Ciência Política sobre os efeitos da engenharia eleitoral na conformação de maiorias, da indivisibilidade dos bens públicos sobre os paradoxos da satisfação coletiva combinada a insatisfações individuais e das multiplicações de interesses e demandas sobre a instabilidade do sistema – tanto para mostrar as razões do não cumprimento dessa profecia, quanto para explicar os efeitos estruturais por eles trazidos ao funcionamento das democracias representativas em sua tendência inerente à instabilidade.

No relato do autor, democracia representativa de sufrágio universal não agrega temíveis maiorias com um objetivo homogêneo unificado, mas sim combinações potencialmente infinitas de demandas diversificadas advindas da massa heterogênea dos cidadãos e que serão sempre, em alguma medida, parcialmente frustradas pelo poder público. Segundo WGS (p.128), a:

multiplicidade de efeitos do processo de competição entre grupos de interesse difere da singela expectativa de Tocqueville de que só um grupo seria privilegiado pelas decisões públicas. Os efeitos atingem mais de um grupo e, o que é igualmente relevante, ferem mais de um grupo. [...] Paralelo ao processo toqueviliano de aceleração nas demandas instala-se o efeito reverso da prática democrática, a saber, a geração de descontentes, não porque ela não funcione, mas porque ela não pode [...] atender equitativamente a todos.

O resultado seria uma propensão às crises políticas inerentes ao próprio regime democrático e que o deixariam exposto a conspirações internas em situações de conflito distributivo mais acerbado, outrora conduzidas pelas forças armadas e, hoje, hipotetiza WGS, depuradas em procedimentos de aparência institucional-legal e conduzidas eminentemente por elites parlamentares com o auxílio do Judiciário e sistemas midiáticos.

O livro constrói seu argumento através de seis capítulos, escritos de maneira não-linear, com a escrita extremamente densa (e, por essa mesma razão, por vezes difícil) característica do autor, o que pode prejudicar a recepção da obra por um público mais amplo (para além da academia) – recepção esta extremamente desejável diante da importância do tema e da hipótese expostos. Mas mesmo para o público acadêmico, talvez fosse desejável um último capítulo ou seção sintetizando o argumento e a caracterização dos golpes parlamentares, que acabam ficando, de certo modo, diluídos entre vários outros temas conexos abordados ao longo do livro. Por exemplo: embora não afirme explicitamente, WGS parece sugerir que as democracias representativas estejam sofrendo mutações e pressões evolutivas a conduzi-las por caminhos des-democratizantes que, por equilíbrio descontínuo, gerarão regimes políticos de outra natureza – e teria sido interessante ver esse argumento desenvolvido em mais detalhes. A ausência de uma caracterização mais sintética do fenômeno também dificulta, por exemplo, as possibilidades de comparação com outras caracterizações alternativas sobre o tema, como as de Aníbal Pérez-Liñán, que discorda da caracterização de golpes parlamentares para casos como os do Brasil, de Dilma, ou do Paraguai, de Fernando Lugo pela não utilização explícita de violência na intentona<sup>2</sup>.

A lacuna, entretanto, é plenamente compreensível dada a natureza de ensaio escrito a quente da obra e pela própria proximidade temporal com a possível originalidade do fenômeno sob análise. Sem sombra de dúvidas, o

---

<sup>2</sup> Mesa Redonda “Quedas Presidenciais na América Latina: golpe institucional ou normalidade democrática?”, 9º Congresso da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP), Montevideu, 27 de julho de 2017.

novo livro de WGS constitui um inestimável aporte a seu estudo e à compreensão de suas possíveis consequências. Além disso, considero ainda como mérito do livro sua busca por trazer de volta fatores de ordem sociológica e estrutural à análise do funcionamento da democracia. Nisso, o livro também muito aportará se, graças ao exemplo do mestre, vier a contribuir para uma reaproximação da Ciência Política com explicações dessa natureza – após ter se voltado nas últimas décadas, quase exclusivamente, a explicações de ordem puramente institucional. Não promover essa reaproximação, inclusive – se a bem sustentada hipótese de WGS sobre o novo momento das democracias representativas estiver correta (e há bons motivos para temer que esteja) –, poderia mesmo tornar estéreis quaisquer análises sobre essas explicações no mundo contemporâneo.